



Catequese, escola e militarismo: A missão dos capuchinhos na fronteira Brasil e Paraguai

Verone Cristina da Silva¹

RESUMO

Este artigo analisa alguns aspectos da catequese realizada pelos missionários capuchinhos na fronteira entre Brasil e Paraguai, durante o século XIX, orientada pelo Decreto n. 426, com instalação de escola, equipamentos militares e presídio. Meu objetivo é compreender como o povo indígena Guaná, do tronco lingüístico aruak, respondeu à catequese, a partir de sua organização social. As fontes investigadas englobam Cartas, Ofícios, Relatórios de Presidentes de Província e da Diretoria Geral dos Índios, Processos-Crime, narrativas de viajantes do século XIX e material cartográfico.

ABSTRACT

This article analyzes some aspects of the catechesis carried out by the Capuchin missionaries on the frontier between Brazil and Paraguay, during the nineteenth century, guided by Decree n. 426, with school facility, military equipment and prison. My goal is to understand how the Guaná indigenous people of the aruak, linguistic trunk, responded to catechesis, from their social organization. The investigated sources include Letters, Offices, Reports of Presidents of Province and of the General Direction of the Indians, Process-Crime, narratives of travelers of century XIX and cartographic material.

Palavras-chave: Catequese - Índios Guaná - Mato Grosso - Fronteira - Escola

¹ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Pós-graduada

O objetivo deste artigo é analisar, no contexto de uma sociedade específica, alguns aspectos da conversão dos índios Guaná, do tronco linguístico aruak, ao cristianismo e civilização, através de aldeamentos armados, instalados no Mato Grosso, entre Brasil e Paraguai, durante o século XIX.

Pretendo esboçar, inicialmente, as ações empreendidas pela política indigenista do século XIX, orientada pelo dispositivo institucional do Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845, *Regulamento da catequese e civilização dos índios* que, por meio de aldeamentos oficiais, administrados por diretores leigos e da catequese realizada pelos religiosos da Ordem Menor dos Frades Capuchinhos, que propunham “civilizar os índios, incorporá-los ao Estado, sujeitando-os às leis e costumes regulares, formando um corpo civil, uma sociedade, pois não se reconhecia que os indígenas formavam, eles próprios, sociedades²”. E, por fim, compreender o sentido da catequese para os Guaná.

A Diretoria Geral dos Índios da Província de Mato Grosso classificou os povos indígenas em três grupos principais, o primeiro correspondia aos que viviam aldeados : os Guaikurú/Mbayá, todos os Guaná, os Guaxi, os Bororo - da Campanha e Cabaçal - e os Kayapó. No segundo grupo foram incluídos os indígenas classificados de “primitivos e independentes”, mas que se relacionavam com os administradores da província: os Kaiowá, os Chamacoco, os Kadiwéu, os Guató, os Bakairi, os Paresi, os Maimbaré, os Apiaká, os Guarayo, Jacaré, karipuna. No terceiro e último grupo estariam “os indígenas não dispostos a mudar seus hábitos culturais”, entre eles: os Bororo Coroado, os kayabi, os Barbado, os Kabixi, os Nambikwara, os Tapayúna, os Mekém, os Cantario, os Passa, os Senhabó e os Arara³.

Esta classificação serviu de referência para a política indigenista do século XIX instrumentalizado pelo Decreto n. 426/1845. Os relatórios da Diretoria Geral dos Índios e dos Presidentes de Província afirmam que, de todos os aldeamentos oficiais instalados no Mato Grosso, os que alcançaram os melhores resultados foram os do povo indígena Guaná, porque se submeteram ao regulamento e teriam vivido em aldeamentos armados, com presídios e forças militares⁴.

²CARNEIRO DA CUNHA. Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 170.

³APMT. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848 – 1860.

⁴APMT. Relatório de Presidente da Província nº 6 - Francisco José Cardozo Junior, 1872, p.169-170. Índios II, 169-170.

A antropóloga Marta Amoroso (1998, p.2) afirma que a catequese, em área de fronteira, adquiriu uma configuração diferenciada, pois além de ensinamentos e dogmas cristãos, controlados pelo governo e administrados por missionários capuchinhos, havia também uma direção militar, que funcionava através de colônias ou presídios.

A catequese, a escola e os empreendimentos militares atuaram conjuntamente na civilização dos povos indígenas, contudo, qual teria sido o sentido da catequese e civilização para os Guaná? Meu propósito neste trabalho é problematizar as narrativas oficiais e me aproximar da perspectiva indígena da conversão.

As principais fontes históricas pesquisadas para este artigo são os documentos manuscritos e impressos, como Cartas e Ofícios de autoridades administrativas de Mato Grosso, Relatórios de Presidentes de Província, da Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso, da Tesouraria da Província; são também os Processos-Crime da Polícia, com descrições sobre ações punitivas contra os indígenas, os comportamentos dos Guaná, suas atividades e reivindicações, materiais destinados à catequese, registros de mortes, fugas, deslocamentos e prisões.

Os relatos do cronista e militar Alfredo d'Escragolle Taunay - o Visconde de Taunay, que viveu entre esses índios durante a Guerra do Brasil com o Paraguai e o relatório do sargento-mor e engenheiro, Luiz D'Alincourt, com recomendações sobre o tratamento a ser adotado pelas autoridades na relação com os Guaná, em área de fronteira. As descrições de Hércules Florence, o segundo desenhista da expedição Langsdorff, e o ofício do missionário capuchinho José Maria Macerata, disponível na revista do IHGB, datado de 1843, relatam sobre o número da população, nomes de capitães e chefes indígenas, procedimentos utilizados para a conversão.

Os Guaná

Os Guaná que examino neste estudo são identificados, na documentação histórica, como *Exoaladi*, *Chooronó*, *Chualas* e pertencem à família lingüística Aruak. As suas terras localizavam-se à margem direita do rio Paraguai, do lado Paraguaio, na região do Chaco e, no século XVIII, migraram para a margem esquerda, influenciados pelo processo de colonização espanhola e pelas relações interétnicas com outros povos indígenas.

Desde o século XVII, uma parte dos Guaná já estava em contato com a Missão do Itatim, a primeira do Mato Grosso, cujo território pertencia à América Espanhola, e que logo fora abandonada em decorrência de ataques de bandeirantes paulistas. No ano de 1762, o Padre Jose

Sanchez Labrador procurou os Guaná, quando Dom Manuel Duran iniciava uma Missão que foi desativada, após a expulsão dos jesuítas, no ano de 1767. Mais tarde, os monges franciscanos tentaram dar continuidade à atividade missionária, mas tiveram que encerrar, no ano de 1772, por falta de recursos⁵.

Dentre os Guaná que atravessaram o rio Paraguai para a América Portuguesa, o etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 25-26) observa que foram quatro subgrupos: Terena, Laiana, Kinikináo e Exoaladi - este último também conhecido por *Guaná*, o que, segundo o autor, provoca confusões por coincidir com a denominação do conjunto dos subgrupos Guaná. Os Terena e os Laiana ocuparam as margens direita do rio Paraguai, ao sul de Mato Grosso, e construíram suas habitações em Miranda (hoje Mato Grosso do Sul). Os Kinikináo e Exoaladi, em sua maioria, habitaram Albuquerque. Quanto à denominação “Guaná”, Oliveira observa: “não era o nome pelo qual aqueles índios a si mesmos se chamavam, senão uma designação especial, dada pelos conquistadores espanhóis aos grupos “Chané” da Bacia do Paraguai”.

As pesquisas arqueológicas realizadas por Branislava Susnik (1994, p.57), entre outras tentativas de síntese sobre os Aruak, constataram que os deslocamentos proto-Aruak não ocorriam apenas pela busca de terras para ocupação. As primeiras nucleações indicam uma preferência por áreas povoadas por grupos de diferentes culturas, uma “zona com periferia etnocultural” - como sugere a autora - permitindo uma comunicação livre, fluvial ou terrestre.

A autora argumenta que estabeleciam aldeias densamente povoadas com produção agrícola eficaz e uma inclinação para trocas e intercâmbios, alguns grupos desenvolveram um sistema de “troquistas-viajantes”. Esses fatores contribuíram para a grande receptividade e difusão de elementos culturais pelos Guaná que, para manter o seu potencial produtivo e manufatureiro, recorriam a interações com indivíduos de outras culturas, muitas vezes reconhecidos como “inferiores” e recrutados através de raptos, formando dentro da sua organização social uma classe de “dependentes-servos”.

As narrativas de viajantes de expedições científicas do século XIX descrevem os Guaná interagindo, desde o Chaco, com diferentes indígenas, entre eles, os Guaikurú/Mbayá e os Chamacoco (da língua Zamuco). Com os primeiros estabeleciam

⁵ Max Schimidt. *Guaná*. In: “Zeitchft fuer Etnologie”, 1903, p. 324 – 336.

relações de aliança e subserviência; com os últimos, os Guaná ocupavam a posição de “senhores” e os envolviam na sua vida social. Além dos Chamacoco, os Guató e os Chiquitano são descritos como indígenas que participavam das relações e interesses dos Guaná.

Max Schmidt (1903), em seus estudos sobre o processo de expansão dos povos da língua aruak, aponta que a presença de cativos, capturados em guerras era uma prática constante de inclusão em sua organização social. Sobre este aspecto, Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p.33) considera que os Terena organizavam-se, simultaneamente, em camadas ou estratos num sentido hierárquico: “os ‘naati’, ou os ‘capitães’ e suas parentelas; os ‘wherê-taxané’, ou a gente comum, livre; e os ‘kauti’, ou os indivíduos de diferente procedência étnica, integrados como “cativos”. Dividiam-se em metades não localizadas, *sukirikiono* e *xumono*, tendo cada uma delas os mesmos direitos sociais, resultando assim em relações simétricas.

Os ‘kauti’ eram os cativos obtidos por meio de guerras, cujo lugar era ocupado por um “estrangeiro”, ou seja, alguém etnicamente diferente, passível de troca, como um bem de comércio e por isso tratados de forma distante, ocupando-se de tarefas auxiliares e domésticas. Economicamente, ‘kauti’ os significavam pouco aos Guaná, entretanto, representavam fonte de grande prestígio.

Os Guaná e a Catequese

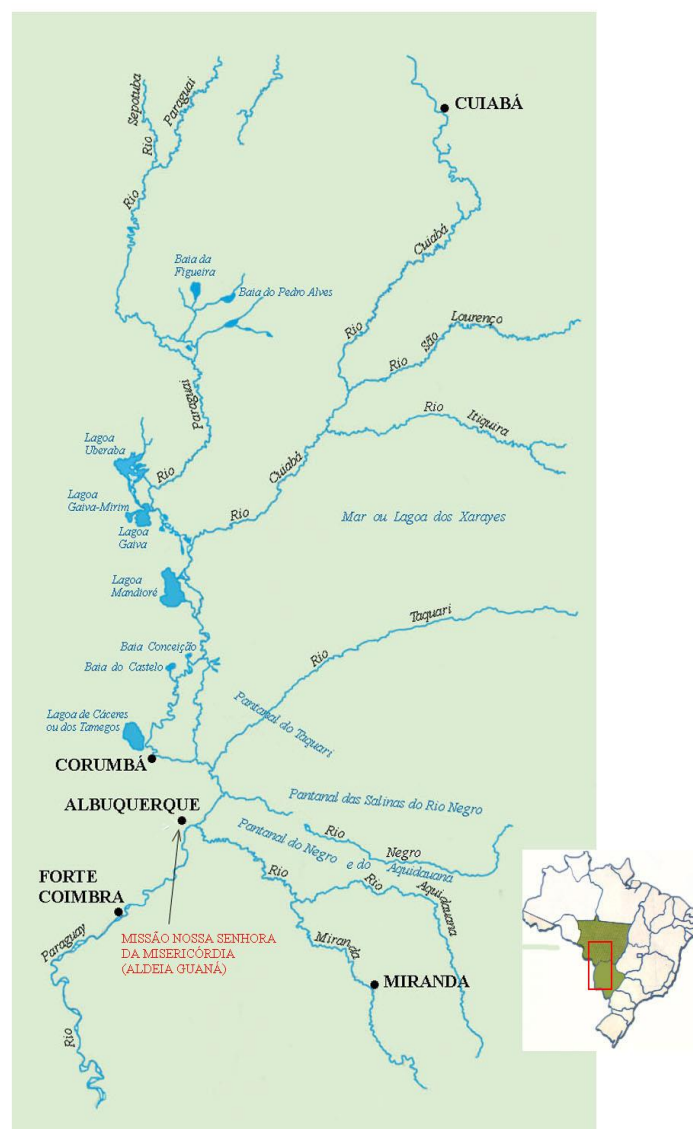
A missão religiosa junto aos Guaná foi criada pelo missionário José Maria de Marcerata no ano de 1819, no lugar denominado Albuquerque, área de fronteira entre a América Portuguesa e a Espanhola.

A carta manuscrita pelo religioso narra sobre sua chegada a Cuiabá, em 1819, e seu deslocamento para Albuquerque, onde fundou a missão religiosa Nossa Senhora da Misericórdia, estendendo-a também por Miranda (Mato Grosso do Sul). O capuchinho logo que chegou à aldeia dos Guaná considerou-os uma “nação prosperante”, no centro dela levantou uma cruz e, no dia 8 de dezembro do ano de 1819, celebrou a primeira missa que, segundo o missionário, teria sido assistida pelos indígenas numa casa de oração recém-construída pelo Governo. De acordo com o missionário, os Guaná e os Kinikináo falavam a mesma língua e “somavam mais de quatro mil almas” que foram submetidas à mesma política catequética. No lugar denominado Mato Grande, próximo a Albuquerque, foi criado outro aldeamento, sob a denominação de Nossa Senhora do Bom Conselho, ocupado em sua maioria pelos Kinikináo⁶.

⁶ IHGB. LATA 763. PASTA 19, p. 5. Ofício de José Maria Macerata ao Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho: Descrição das diversas Nações de Índios. Relação das diversas nações de índios que presentemente habitam a diocese de Mato Grosso, dirigida pelo Bispo de Cuiabá, José Antonio dos Reis. Cuiabá 5 – 12 e 24 – 8 de 1843 – 34 pp. Arquivo. Coleção: Virgílio Correa Filho.

Vejam os o mapa abaixo:

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MISSÃO
NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA EM ALBUQUERQUE**



FONTE: Mapa base - Carta do Estado de Mato Grosso, 1952.

ESCALA 1:1.000.000

Ao norte do aldeamento dos Guaná (em Albuquerque) localizava-se a “Povoação de Albuquerque” (atual Corumbá), cujo Plano de Direção e Forma é datado de 1789. O seu desenho arquitetônico indica a intenção militar na organização do espaço, através de

quartéis para soldados e pedestres, corpo de guarda, calabouço, casa de armas, casa de ferramentas e casa de oração. Ali se organizou também o Comando Geral da Fronteira do Paraguai, próximo ao presídio de Miranda, outro posto militar.

A documentação pesquisada nos permite afirmar que houve uma opção estratégica, territorial e militar para aldear os Guaná; considerando sua localização em área de fronteira, o número acentuado de sua população, o conhecimento dos indígenas com o manejo agrícola impulsionado para o trabalho disciplinado e assalariado, as relações estabelecidas com os Guyakurú, temidos na região, tanto pelos portugueses, quanto pelos espanhóis, são fatores que teriam influenciado na decisão dos administradores da província de Mato Grosso de investir na catequese e conversão dos Guaná ao catolicismo.

Os recursos financeiros para a catequese nos aldeamentos destinavam-se à construção de igrejas, escolas e outras obras, distribuição de ferramentas para os indígenas, bem como o seu conserto, aguardente, medicamentos, sal, pagamento de materiais escolares, gêneros alimentícios, diárias concedidas aos indígenas que se deslocavam para Cuiabá, pagamento dos serviços dos empregados das aldeias, bem como dos indígenas que prestavam serviços públicos à Província e particulares⁷.

Os procedimentos para o controle dos aldeamentos na Província de Mato Grosso eram planejados, formalizados e administrados em Cuiabá, através da Diretoria Geral dos Índios, criada em 1846, que atuava junto com a Tesouraria da Fazenda, instância responsável pelos recursos financeiros e, ainda, pela Chefatura de Polícia e do Presidente de Província.

Em Cuiabá, a Chefatura de Polícia, criada pela Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841, apoiava e executava ações diretamente relacionadas às questões indígenas. O Regulamento nº 120, de 1842, previa que o Chefe de Polícia de cada província deveria residir na capital, ser nomeado pelo Imperador e escolhido entre os desembargadores e juízes de direito. Todas as questões referentes aos indígenas, aldeados ou não, seriam tratadas como assuntos militares e de responsabilidade também da polícia.

⁷APMT. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano (1848-1860), p. 132 e 133.

A polícia agia diante de comportamentos tidos como “ilegais e imorais na província” e das reações dos indígenas contrários à formação dos aldeamentos, impondo serviços forçados e penas-reclusão. A polícia conhecia e controlava o que acontecia dentro dos aldeamentos, entre eles registros de batizados, recrutamento e fuga, agressões e mortes; contratos de trabalho, passaportes de deslocamento para outras províncias, bem como a listagem dos indígenas que se dirigiam à Cuiabá. Enfim, a Chefatura de Polícia, a Diretoria Geral dos Índios, a Tesouraria da Fazenda e o Presidente da Província trabalhavam em conjunto para assegurar a “civilização” dos índios e a “ordem” na Província (SILVA, 2011).

A catequese utilizava também dos chamados “brindes”, terminologia utilizada pela Diretoria Geral dos Índios para designar objetos e serviços oferecidos aos indígenas com o propósito de estimulá-los ao trabalho, tornando-os dependentes das autoridades; a foice, o machado, o facão e a enxada eram os mais distribuídos e garantidos junto à Tesouraria da Província. Além dos “brindes”, constava no orçamento da Província a distribuição de aguardente, enquanto método de persuasão que favoreceria a boa relação dos índios com os neobrasileiros.

“Ilmo. e Exmo. Sr.

O meu maior desejo é que V.Exa. tenha feito feliz viagem. Incluso apresento a V.Exa. os pedidos documentados da importância da aguardente que V.Exa. mandou se distribuisse aos Índios Guanás e Kinikinãos, e dos gêneros distribuídos aos Índios que seguirão para a Capital. Julgando eu que a aguardente distribuída deva ser paga pela rubrica catequese, por isso que faço pedido nesse sentido”.

APMT. LATA C. Ofício de Antonio Maria Coelho - Diretor dos Índios - para Joaquim Raimundo de Lamare – Presidente da Província. Albuquerque, 21 de agosto de 1858.

Em todos os aldeamentos havia o chefe ou capitão dos índios, um cargo assumido por um indígena nomeado pelo presidente provincial ou pelo diretor-geral, batizado na religião cristã e falante da língua portuguesa. Era a pessoa com quem os administradores estabeleciam relações e contatos diretos. Porém, nem sempre a presença do chefe ou capitão na aldeia era motivo de respeito ou obediência, conforme se esperava. Visconde de Taunay observou que entre os Guaná já não se aceitava mais chefes indígenas. Os Kinikináo pouco caso

faziam do seu chefe; os Laiana aceitam um pouco mais, já os Terena observavam com indiferença, respeitando mais os seus próprios líderes que o Capitão⁸.

Esta consideração feita por Taunay demonstra que, mesmo com os poderes dos Capitães, instituídos e nomeados pelo Império, os indígenas não deixavam de respeitar os seus antigos líderes. O posto de capitão certamente representava poder e honra, assim como o de alferes e tenente concedidos por meio de Cartas Patentes e autorizados pelo Presidente da Província. Contudo, tornou-se um meio de os indígenas fazerem pedidos e reivindicações, garantindo a realização de seus interesses. Isso pode ser observado no relato da filha de um índio Guaná que pede honras para o funeral e enterro de seu pai. As autoridades consideravam importante não atender aos indígenas “pelo bem da catequese e da civilização”⁹.

Os indígenas aldeados também participavam de expedições contra os “selvagens”. Uma delas ocorreu em 1857, quando vinte Guaná, convocados pela Diretoria Geral dos Índios, lutaram contra os índios Bororo Coroado. A expedição era formada por um grupo de aproximadamente dezesseis homens, conduzidos por um indígena na função de “trilhador”, e outro não indígena descrito como “cidadão”, escolhido pelo Presidente da Província. Os expedicionários recebiam pagamentos pelo serviço prestado; os trilhadors diárias e uma gratificação; já os não indígenas (chamados cidadãos), somente diárias¹⁰. O roteiro foi a estrada que ligava Goiás a São Paulo.

O Regulamento de 1845 e o Aviso de 02 de setembro de 1845¹¹ *Sobre o Trabalho dos Índios em Casas de Particulares e Outras Providencias* considerava o contrato de trabalho indígena instrumento oficial que regulava as ações do Estado Imperial sobre a ordem privada, legitimando a constituição da mão de obra assalariada.

⁸Taunay. *Entre nossos índios*. 1931, pp. 12-13.

⁹APMT. Lata 1847 A. Ofício de Joaquim Alves Ferreira – Director dos Índios ao Ilmo. E Exmo. Snr. Dr. João Crispinainno Soares presidente desta Província.

¹⁰APMT. Relatório. Presidente da Província General Barão de Maracajú. Nº 13, 1880:3 – 6.

¹¹Aviso de 02 de setembro de 1845. Ministério da Justiça, 3ª Secção – Circular - Sobre o Trabalho dos Índios em Casas de Particulares e Outras Providencias. In: CARNEIRO DA CUNHA (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. 1992, p. 201.

Os indígenas aldeados prestavam serviços públicos e particulares através de contratos de trabalho, este documento, escrito por Curador nomeado pela pessoa do Juiz, obrigava o locatário a cumprir com o pagamento e ainda batizar o locador indígena.

Em Mato Grosso, os indígenas aldeados eram representados por um Procurador (tutor) que respondia por eles perante a justiça ou as autoridades locais, por serem considerados “incapazes” diante de processos judiciais. O que se observa é que a constituição do Estado Imperial procurava se afirmar cada vez mais através dos instrumentos legais e das suas diferentes representações.

Os indígenas contratados como prestadores de serviços recebiam o seu pagamento em Cuiabá, sendo necessária a apresentação de um documento assinado pelo comandante militar ou pelo diretor dos indígenas que detalhava a atividade e o valor a ser pago, que variava dependendo da atividade realizada.

Os principais serviços prestados pelos Guaná eram os de condutores de canoas, extrativistas da poaia, descarregadores de navios, serviços militares, cultivos e corte de lenha, atendendo a particulares e a organizações públicas. Antes da implantação do Regulamento de 1845, os Guaná já comercializavam seus produtos na capital da Província, mas a partir do Decreto 426, o comércio passou a ser controlado e fiscalizado pela Diretoria Geral dos Índios, com o objetivo de garantir que a renda obtida fosse deslocada para os aldeamentos e instituições imperiais.

Os contratos de trabalho estavam diretamente vinculados aos assuntos militares. O chefe de polícia era responsável pela punição dos indígenas que não cumpriam os contratos assinados, encaminhando-os para serviços forçados ou para a prisão no Arsenal de Guerra, em Cuiabá (atual SESC Arsenal), mantendo-os vigiados e disciplinados a fim de corrigir o comportamento que os considerava como “ociosos”¹².

Os Relatórios da Diretoria Geral dos Índios e dos Presidentes de Província afirmam que os principais motivos pelos quais os aldeamentos, no Mato Grosso, não

¹² APMT. LATA 1858 A . nº 76. Ofício. Chefe de Policia - Joaquim Augusto de Holland Costa Freire, ao Illmo. e Exmo. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente d’esta Provincia - Secretaria de Policia em Cuiabá 11 de junho de 1858.

alcançaram os objetivos do Decreto 426, foram o número reduzido de administradores leigos e experientes para o trabalho com a catequese dos índios e o baixo investimento financeiro para as demandas da catequese e civilização. Contudo, um olhar mais atento a respeito da “deficiência da catequese e civilização”, na Província de Mato Grosso, revela que as “resistências” dos indígenas na formação e manutenção dos aldeamentos teriam também inviabilizado a permanência de administradores nas aldeias, o não cumprimento dos contratos de trabalho, as “fugas” dos aldeamentos e, ainda, as solicitações de “brindes”, pedidos e reivindicações de objetos e serviços, para atendimento dos interesses dos próprios indígenas.

São reveladores os registros sobre os Bororo Coroado que reagiam e guerreavam contra os habitantes locais (“camaradas” e escravos negros) em razão de seu descontentamento com uma nova estrada para o Piquiri, nas proximidades de sua aldeia. Os Kabixi abandonaram o cultivo no aldeamento e os Kadiwéu fugiram, retirando-se para o outro lado do rio Paraguai; os Kayoá não cumpriram os procedimentos impostos pelos diretores das aldeias e por este motivo foram classificados como “malfeitores”¹³.

Escola e Militarização no Aldeamento Indígena

A documentação histórica dos arquivos traz evidências sobre as iniciativas dos Guaná para a manutenção dos missionários em suas aldeias, solicitação de cartas patentes para o posto de chefes, honras militares nos sepultamentos de seus mortos, promoções aos postos de capitão e tenente, troca de suas mulheres com representantes de elevado cargo no império, uso do uniforme instituído para chefes de aldeia, artigos como chumbos e pólvoras (de alto custo em Mato Grosso) para suas armas, bens e instrumentos como foice, facão e machado para as suas atividades agrícolas. Tais pedidos, embora questionados, sempre foram atendidos pelos presidentes da Província, sob a condição de não desagradá-los.

A pesquisa indica que no aldeamento dos Guaná havia uma escola e um presídio interno para os índios, que também prestavam serviços ao presídio de Miranda e ao forte de Coimbra, instalados nas imediações da Missão.

¹³APMT. LATA 1852 A. Registro das Falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Livro nº 2, (1841 a 1852), p. 15- 16 e 61. Assunto Militar – Ofício do Chefe de Polícia II Luiz Pedroso Duarte Subdelegado de Polícia ap Senr. Augusto Leverger Presidente desta Provincia.

A escola primária instalada dentro da aldeia disciplinava os “indígenas menores”, como eram identificadas as crianças que recebiam instruções para a leitura e a escrita, além de serem orientadas para ofícios de ferreiro, ourives e, em menor número, sapataria. Outras freqüentavam aulas de música, utilizando rabecas, flautas e clarinetas. Os indígenas que se destacavam nessas atividades eram encaminhadas para Corumbá e Cuiabá, a fim de servirem ao Governo.¹⁴ A modificação dos hábitos culturais ocorria através de ensinamentos cristãos – entre eles o batismo, o matrimônio, os exercícios de piedade e outras obrigações, como ir às aulas vestidos. Havia atividades específicas para os homens, como a agricultura, sapataria, alfaiataria e, para as mulheres, a costura e o artesanato, além da exigência de falarem o latim e o português¹⁵.

As aldeias contavam ainda com um representante indígena, o capitão ou chefe, nomeado pelo governo imperial ou pelo diretor. Esta função era atribuída ao índio batizado, fluente na língua portuguesa, de bom comportamento, que fosse respeitado entre os seus e que já tivesse prestado algum serviço ao império (APMT, LATA, 1850 B. Fala dos Índios).

Ao mesmo tempo em que o posto de capitão de aldeia, alferes e tenente do exército, obrigavam os índios a cumprirem ordens dos representantes do Império, garantiam também alguns direitos e prestígios, honras, isenções de taxas e serviços, liberdades e, circunstancialmente, o exercício de autoridade dentro e fora das aldeias. Além da carreira militar, os Guaná eram recrutados como intérpretes e encaminhados ao chefe de polícia para que fossem incluídos nas expedições contra os índios “selvagens” (SILVA, 2006).

O capuchinho Mariano Bagnhaia, encarregado da Missão Nossa Senhora do Bom Conselho, em Albuquerque (MS), criou, no ano de 1841, um destacamento militar dentro da aldeia do subgrupo Kinikináo/Chané com o objetivo de assegurar a sua própria proteção. Posteriormente, esse mesmo missionário organizou duas companhias de índios, uma para servir a Guarda Nacional e outra a de Pedestres. Uma das funções do missionário era conduzir os indígenas para a formação militar¹⁶.

Além desse episódio, a insistente reivindicação dos Guaná por serviços e cerimônias, tanto aos religiosos, quanto às autoridades imperiais, tornou-se tema freqüente dos Relatórios dos Presidentes da Província. Além de objetos e consertos de ferramentas, há pedidos como o da índia guaná

¹⁴APMT. LATA C. Ofício do diretor Antonio Maria Coelho para Joaquim Raimundo de Lamare – Presidente da Província. Albuquerque, 21 de agosto de 1858.

¹⁵APMT. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848 – 1860.

¹⁶ APMT. Director Geral dos Indios. Caixa anterior: 02. Caixa atual: 07 Doc. Nº 19. Cuiabá 30 de janeiro de 1851.

chamada Maria, que após a morte do pai Francisco Roiz, solicitou um sepultamento em lugar sagrado e com honras militares, por ser o índio batizado e detentor de uma patente imperial ¹⁷.

Os constantes pedidos dos Guaná para o recebimento de honras militares, uniformes para o cargo de capitão de aldeia, promoções a patentes, permissão para acessos e deslocamentos às demais províncias, embora questionados, sempre foram atendidos “pelo bem da catequese e civilização” – afirmava o diretor da Diretoria Geral dos Índios.

Uma das reivindicações dos Guaná foi “uma porção de terras” em Cuiabá a fim de que ali organizassem um aldeamento. Este pedido foi feito pelo capitão dos índios, denominado *Guanitá*, ao missionário José Maria Macerata, que intercedeu junto ao presidente da província, argumentando serem os Guaná úteis à província, pelas suas diferentes especialidades; vejamos um fragmento dessa narrativa:

“O chefe desta nação, chamado Miguel Vaapú, [referindo-se ao chefe dos Kinikináo] veio há pouco para a cidade afim de consertar suas ferramentas, e tambem para pedir a mesma mercê, que respeita a religião e civilização já pedida pela nação Guaná, e sahis para a sua aldêa, esperando pela mais solícita e eficaz providencia que por certo obterá, quando se considere que os indios são os verdadeiros genuinos filhos da abençoada Terra do Cruzeiro, e mesmo quando se residem nesta provincia, são mui uteis e até necessários para socorrer com seus mantimentos a fronteira do baixo Paraguay, para remar canoas dos negociantes que se dirigem para a provincia de São Paulo – para trabalhar nos engenhos e serra acima, - enfim, para transportar cargas, caixas e lousas de porte geral para o centro da cidade; de sorte que merecem seja-lhe concedida perto deste porto geral uma porção de terra para fundar a sua aldêa com segurança e proteção, tanto para aquelles que se achão aqui de estada como para aquelles que vão e vem do baixo Paraguay a cidade para seu particular, ou publico negocio, ou por mando do governo”.

IHGB. LATA 763. PASTA 19. P. 5. Ofício de José Maria Macerata ao Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho: Descrição das diversas Nações de Índios. Relação das diversas nações de índios que presentemente habitam a diocese de Mato Grosso pelo Bispo de Cuiabá, José Antonio dos Reis. Cuiabá 5 – 12 e 24 – 8 de 1843 – 34 pp. Arquivo. Coleção: Virgílio Correa Filho

Entre os anos de 1843 a 1844, a pedido de Macerata e com o apoio do Presidente da Província, os Guaná que viviam em Albuquerque migraram para a Freguesia de

¹⁷ APMT. Lata 1847 A. 12 de Maio de 1847. Ofício de Joaquim Alves Ferreira – Director dos Índios – ao Ilmo. Exmo. Snr. Dr. João Crispinainno Soares, presidente da Província.

Pedro II, um pouco abaixo do Porto Geral e na margem direita do rio Cuiabá, onde atualmente está localizado o bairro Alameda Júlio Müller.

Os Guaná foram classificados pelas autoridades do governo imperial como “índios portadores de insígnias da sociabilidade e com potencial para a civilização”; os viajantes de expedições científicas os descrevem como belos, sedutores, falantes do português, excelentes tecelões, cujas vestes foram descritas e qualificadas pelo desenhista Hércules Florence como de particular trama; comerciantes, agricultores e remadores que transportavam viajantes de Cuiabá ao Sul da Província¹⁸.

Todos esses atributos e as diferentes iniciativas dos Guaná, registradas nos documentos oficiais, me levam a indagar qual teria sido o real interesse desses índios pela catequese e qual o sentido da civilização para os Guaná?

A catequese realizada pelos capuchinhos em área de fronteira deve ser pensada como parte constituinte de um processo de militarização na região. Este estudo propõe que a missão junto aos Guaná seja considerada de duas formas complementares: a primeira, através dos ensinamentos de dogmas cristãos, aulas de música erudita para as crianças, organização de uma banda que se apresentava nos eventos cerimoniais da província; ensino da língua portuguesa na escola da missão, oficinas para diferentes profissões como sapataria, carpintaria e marcenaria; estímulo à agricultura; através do cultivo de espécies destinadas ao consumo e comercialização; prestação de serviços através de contratos de trabalho assalariado para particulares e instituições públicas. A segunda, por meio da formação militar, com envio de crianças indígenas para servir aos comandos instalados na província, formação e organização de intérpretes para atuar nas expedições punitivas contra outros índios; de seleção de trilhadores para o reconhecimento de lugares e percursos estratégicos, defensores contra ataque de “índios selvagens” e dos paraguaios, para a povoação da fronteira e como soldados na guerra do Brasil contra o Paraguai, assegurando ao Império o controle dos limites territoriais. Os aspectos materiais e simbólicos da militarização foram definidores no processo da conversão.

A experiência dos Guaná indica que os equipamentos militares instituídos e afirmados através de relações de poder, hierarquias, honras e prestígios foram determinantes no processo de conversão à religião católica e à civilização, durante o século XIX. Nossa hipótese orienta pensar que esses indígenas decodificaram a militarização a partir de sua própria cosmologia; sua organização social hierarquizada, com a incorporação de grupos étnicos distintos dentro de sua sociedade e ainda a guerra, enquanto evento fundamental para a obtenção de honra e mobilidade na camada social.

¹⁸ Hércules Florence. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Tradução: Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix . Editora da Universidade de São Paulo. 1977, p. 103-106.

Sobre a organização social dos Guaná, o etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1968, p. 20-21) afirma, em seus estudos sobre os Terena, que esse subgrupo guaná organizava-se em metades, simultaneamente, em camadas ou estratos num sentido hierárquico. Havia diferenciação de prestígio social e de riqueza entre as camadas *naati* e *wahere*, além da preponderância de ambas sobre os *kauti*, que eram etnicamente diferentes. A dinâmica ascensão social dos Guaná ocorria através do *xuna-xati*, um guerreiro que se destacava no campo de batalha, matando um adversário e se tornando chefe de guerra, quebrando a endogamia de camadas que, em termos estruturais, tendia a ser absoluta. O indivíduo de uma camada inferior podia procurar uma companheira na camada imediatamente superior. Além disso, o indivíduo poderia integrar-se ao grupo tribal dominante e adquirir uma elevação política como chefe.

Segundo o mesmo autor, esta situação criava na sociedade Terena uma série de expectativas, partilhadas por todas as camadas da população. A posição de herói guerreiro passava a ser almejada igualmente pela população masculina em seu conjunto, dando ao *xuna-xati* uma função altamente integradora no grupo local, através da correspondência e ajustamento dos papéis de guerreiros e dos direitos sociais adquiridos. Por outro lado, estimulava a eficiência e a bravura nos combates, sendo que a sociedade preservava-se a si própria (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, p.31).

Considerações Finais

O interesse das autoridades locais pelos Guaná foi responsável pelo investimento de recursos destinados a sua catequese na Missão Nossa Senhora da Misericórdia, instalada junto às suas habitações em Albuquerque e administrada pelo capuchinho José Maria Marcerata, desde o ano de 1819. Este missionário reuniu os Guaná e os Kinikináo do povo Guaná/Chané para que recebessem os ensinamentos da religião cristã e fossem motivados ao incremento da agricultura e à prestação de serviços particulares e públicos. Como esses indígenas já possuíam experiências com o manejo e as técnicas de cultivo, o resultado foi considerado de grande proveito à Província.

Os Guaná não se submeteram ao processo civilizatório como sugerem os diretores de aldeias, isto porque reagiram diante dos procedimentos oficiais, negociando com os chefes e as autoridades locais, reivindicando seus próprios interesses – aprendendo as estratégias das forças locais. Certamente perceberam que estabelecer alianças, a exemplo dos Guaikurú, embora em outro nível e contexto, poderia favorecê-los. O exemplo dos Guaná nos

mostra que a catequese foi compreendida nos termos indígenas, a partir da cosmovisão, das práticas, organização social e dos saberes dos indígenas.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

APMT. Ofício de Joaquim Alves Ferreira – Director dos Indios ao Ilmo. E Exmo. Snr. Dr. João Crispinainno Soares presidente desta Provincia. Lata 1847 A.

APMT. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios, 1848 –1860.

APMT. LATA. 1852 A. Registro das Falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Livro nº 2, (1841 a 1852): 15- 16 e 61.

APMT. LATA 1852. A Ofício do Chefe de Policia II - Luiz Pedroso Duarte Subdelegado de Policia, ao Senr. Augusto Leverger - Presidente desta Provincia. Assunto Militar.

APMT. Ofício. Ilmo. e Exmo. Sr. Tem. Corel. Albano de Souza Osorio, vice -presidente da província do Chefe de Polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, 25 de novembro de 1857.

APMT. LATA 1858 A. Ofício. Chefe de Policia - Joaquim Augusto de Holland Costa Freire, ao Ilmo. e Exmo. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente d’esta Provincia - Secretaria de Policia em Cuiabá 11 de junho de 1858, nº 76.

APMT. LATA C 1858. Ofício do diretor Antonio Maria Coelho para Joaquim Raimundo de Lamare – Presidente da Província. Albuquerque, 21 de agosto de 1858.

APMT. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Indios. Relatorio do estado da catechese e civilização dos Indios de Matto-Grosso, apresentado ao Presidente da Província em data de 31 dedezembro de 1858, pelo respectivo. Director geral, Coronel João Baptista de Oliveira, depois Barão de Aguapehy. Ano 1848-1860:132.

APMT. Ofício do diretor Antonio Maria Coelho para Joaquim Raimundo de Lamare – Presidente da Província. Albuquerque, 21 de agosto de 1858. LATA C 1858. APMT.

APMT. Relatório de Presidente da Província General Barão de Maracajú. Nº 13, 1880:3 – 6.

Aviso 02/09/1845: Ministerio da Justiça, 3ª Secção – Circular - Sobre o Trabalho dos Indios em Casas de Particulares e Outras Providencias. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), Legislação indigenista no século XIX 1992: 201.

APMT. Director Geral dos Indios. Caixa anterior: 02 Caixa atual: 07 Doc. Nº 19.. Cuiabá 30 de janeiro de 1851.

APMT. Relatorio de Presidente da Província de Mato Grosso (1841 a 1852). Registro das Falas Presidenciais apresentadas à Assembléia Legislativa Provincial. Livro nº 2

APMT. Relatorio de Presidente da Província nº 6 - Francisco José Cardozo Junior, 1872 :169-170. Indios II, 169-170.

IHGB. LATA 763. PASTA 19. Arquivo. Coleção: Virgílio Correa Filho. Ofício de José Maria Macerata ao Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire, Presidente da Província de Mato Grosso, enviando o seu trabalho: Descrição das diversas Nações de Indios. Relação das diversas nações de índios que presentemente habitam a diocese de Mato Grosso pelo Bispo de Cuiabá, José Antonio dos Reis. Cuiabá 5 – 12 e 24 – 8 de 1843 – 34 pp.

APMT. LATA 1850. Ofício da Secretaria da Policia em Cuiabá à Secretaria do Governo, 8 de maio de 1850.

Fontes impressas

D'ALINCOURT, Luiz. *Trabalhos e Indagações que fazem o objeto da Estatística da Província de Mato Grosso, feitos no ano de 1826 para 1827*. NEDHIR. ANNAES da Biblioteca Nacional. Tomo III, 1828.

FLORENCE Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. Tradução: Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix . Editora da Universidade de São Paulo. 1977.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle de. *Entre Nossos Índios 1864 – 1865*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1931.

SCHMIDT, Max ; *Guaná*. In: “Zeitchft fuer Ethnologie”, 1903. Caderno 2, p. 324 – 336.

Fontes Cartográficas

RONDON. Cândido Mariano da Silva. *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*. Organizada e desenhada no Serviço de Conclusão de Carta de Mato Grosso (Ministério da Guerra, Estado maior do Exército), sob a direção geral de S. Ex. Sr. Gen. De Div. Cândido Mariano da Silva Rondon e Direcção Grafica Executiva do Ge. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acôrdo com as circunstâncias e os elementos abaixo indicados. Projecção policônica Americana. Escala – 1:1.000.000, 1952.

Artigos e livros

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito. *Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 13 n. 37. São Paulo, june. 1998, p. 1- 4.

_____. A primeira missa: memória e xamanismo na Missão Capuchinha de Bacabal (Rio Tapajós 1872-82). In: MONTEIRO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 209 – 234.

CADORSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao Bugre. O processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. S.A. 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*. Editora da Universidade de São Paulo. Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

SILVA, Verone Cristina. *Missão, Aldeamento e Cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819 a 1901)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade de Mato Grosso, Cuiabá, março de 2001.

SUSNIK, Branislava. *Interpretacion Etnoculturak de La Complejidad Sudamericana Antigua. I Formacion y Dispersion Etnica*. Museo Etnografico Andres Barbero. Asuncion, 1994.